

Education at a Glance 2009

OCDE Nota para o Brasil

Os governos prestam cada vez mais atenção às comparações internacionais, uma vez que procuram políticas públicas efetivas, capazes de melhorar os indicadores econômicos e sociais, promover eficiência no ensino e ajudar a mobilizar recursos para demandas crescentes.

Em resposta a essa necessidade, a Diretoria de Educação da OCDE se esforça para desenvolver e analisar quantitativamente indicadores internacionais comparáveis, que são publicados anualmente no *Education at a Glance* (Panorama da Educação). Esses indicadores permitem aos formuladores de políticas educacionais e técnicos analisarem seus sistemas educacionais em relação à performance dos outros países e, juntamente com a OCDE, apoiar e rever esforços feitos acerca das políticas educacionais.

Nesta nota estão os principais destaques do Brasil na publicação. Os dados educacionais são referentes ao ano de 2007 e, os financeiros, a 2006.

Na página final desta nota encontra-se uma tabela de correspondência entre os níveis educacionais do sistema educacional brasileiro e a Classificação Internacional Padronizada da Educação ISCED97 definida por Unesco/OCDE/Eurostat.

A publicação *Education at a Glance 2009*, assim como o sumário executivo, os dados e as tabelas on-line podem ser obtidos por meio de *download* gratuito no site www.oecd.org/edu/eag2009.

NÍVEL ESTUDANTIL DOS ADULTOS

Este indicador traça um perfil do nível educacional da população adulta, obtido através de qualificações da educação formal. Dessa maneira, fornece um panorama dos conhecimentos e habilidades disponíveis para as economias nacionais e sociedades. (Tabelas A1.1a, A1.2a e A1.3a e Gráficos A1.2 e A1.3)

<i>Tendências Globais</i>	<i>Resultados para o Brasil</i>
<p><i>TAXAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA PELOS ADULTOS NOS PAÍSES DA OCDE E PAÍSES PARCEIROS</i></p> <p><i>Na maioria dos países da OCDE, 60% ou mais dos adultos de 25 a 64 anos concluíram a educação secundária.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Nos países da OCDE, em média, 44% da população de 25 a 64 anos completou a educação secundária e 30% concluiu apenas o primário ou o 1º ciclo da educação secundária.• Em 23 dos 29 países da OCDE, assim como nos países parceiros Estônia, Israel, Federação Russa e Eslovênia – 60% ou mais da população de 25 a 64 anos concluiu, pelo menos, a educação secundária. No entanto, no México, Portugal e Turquia, menos de 34% da população nessa faixa etária completou esse nível de ensino.• Contudo, uma comparação entre população mais jovem e a população mais velha indica um progresso significativo no percentual da população que concluiu a educação secundária.	<p><i>TAXAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA PELOS ADULTOS NO BRASIL</i></p> <p><i>No Brasil, mais de 60% da população de 25 a 64 anos não concluiu a educação secundária.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• No Brasil, 37% da população de 25 a 64 anos concluiu a educação secundária e portanto, 63% não completou esse nível de ensino.• A proporção da população brasileira de 25 a 34 anos que completou a educação secundária (47%) é 25 pontos percentuais maior que a da população de 55 a 64 anos (22%).
<p><i>TAXAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO TERCIÁRIA PELOS ADULTOS NOS PAÍSES DA OCDE E PAÍSES PARCEIROS</i></p> <p><i>Na maioria dos países da OCDE, as taxas de conclusão da educação terciária pela população mais jovem (25 a 34 anos) são significativamente maiores que na população mais velha (55 a 64 anos).</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Em média, entre os países da OCDE, 34% da população mais jovem completou a educação terciária e apenas 20% da população mais velha concluiu o mesmo nível de ensino. Na França, Irlanda, Coreia e Japão, há uma diferença percentual de 25 pontos ou mais entre as taxas de conclusão da educação terciária das populações mais jovem e mais velha.• A rápida expansão da educação terciária colocou o Japão e a Coreia no topo do grupo de países, juntos com o Canadá e a Federação Russa. Nesses países mais de 50% da população mais jovem concluiu a educação terciária.	<p><i>TAXAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO TERCIÁRIA PELOS ADULTOS NO BRASIL</i></p> <p><i>A população mais jovem (25 a 34 anos), no Brasil, apresenta uma taxa de conclusão da educação terciária maior que a população mais velha, contudo essa diferença percentual é de apenas 2%.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• A taxa de conclusão da educação terciária para a população de 25 a 64 anos, no Brasil, é de 10% portanto, muito abaixo da média da OCDE (28%).• 10% da população brasileira na faixa etária mais jovem (25 a 34 anos) completou a educação terciária, apenas 2 pontos percentuais a mais que a população de 55 a 64 anos (8%).

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Este indicador examina a relação entre os níveis educacionais obtidos e a situação da força de trabalho, tanto para homens quanto para mulheres. Essas informações sobre emprego e desemprego fornecem uma visão geral da participação da população no mercado de trabalho. (Tabelas A6.1a, A6.2b(web), A6.2c (web) e Gráficos A6.2, A6.3)

TAXA DE EMPREGO DE HOMENS E MULHERES SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO

Na maior parte dos países da OCDE, as taxas de emprego aumentam substancialmente com a conclusão de um nível educacional.

- As taxas de emprego nos países da OCDE para a população de 25 a 64 anos aumentam de 74% para homens e 51% para mulheres com o 1º ciclo da educação secundária concluída para, em média, 90% para homens e 80% para mulheres com a educação terciária completa.
- Em quase todos os países, as taxas de emprego para mulheres que concluíram educação terciária tipo A são de 75% ou mais, exceto Japão, Coreia, México e Turquia. Contudo, as taxas de emprego das mulheres ainda são menores que a dos homens em todos os países.
- Para as mulheres, a conclusão da educação secundária aumenta a empregabilidade em 19 pontos percentuais e, da educação terciária, em quase 32 pontos percentuais, se compararmos com aquelas que não concluíram a educação secundária.
- Na Hungria, Itália e República Eslovaca, as taxas de emprego para as mulheres na faixa de 25 a 64 anos que completaram a educação secundária são 30 pontos percentuais mais altas do que as taxas daquelas que não concluíram esse nível educacional. Mulheres com educação terciária parecem estar em vantagem na Turquia, onde as taxas de emprego para elas são 35 pontos percentuais mais altas do que para mulheres com apenas a educação secundária completa.

No grupo de homens de 25 a 64 anos, há também uma grande diferença nas taxas de emprego entre os que concluíram ou não a educação secundária. Os casos extremos são República Tcheca, Hungria e República Eslovaca, onde as taxas de emprego para os homens com educação secundária completa são, pelo menos, 29 pontos percentuais mais altos do que para aqueles que não concluíram esse nível de ensino.

TAXA DE EMPREGO DE HOMENS E MULHERES SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO NO BRASIL

No Brasil, as taxas de emprego aumentam com a conclusão de um nível educacional, em especial, para as mulheres.

- Na população brasileira de 25 a 64 anos, as taxas de emprego para homens com a educação secundária completa é de 87% e para as mulheres, 58%.
- Para os que concluíram a educação terciária, as taxas de emprego são de 91% para os homens e 82% para as mulheres.
- Mulheres que concluem a educação secundária aumentam sua empregabilidade em 15 pontos percentuais e, com a educação terciária completa, aumentam em quase 30 pontos percentuais se compararmos com aquelas que não concluíram a educação secundária.
- A diferença nas taxas de emprego, no Brasil, entre os homens de 25 a 64 anos com e sem a educação secundária concluída é de 4 pontos percentuais. Essa tendência é também seguida pela Islândia, México e Portugal.

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO

Este indicador examina os ganhos relativos de trabalhadores com diferentes níveis educacionais concluídos. Diferenças de renda entre os grupos educacionais fornecem um bom indicativo de oferta e demanda de educação. Combinadas com os dados de ganhos ao longo do tempo, essas diferenças fornecem um forte sinal do alinhamento dos sistemas educacionais com o mercado de trabalho. (Tabelas A7.1, A7.1a, A7.1b(web), A7.4a (web), A7.4b(web), A7.4c(web), Gráficos A7.1, A7.2, A7.3, A7.4)

AUMENTO DA RENDA E CONCLUSÃO DE NÍVEIS EDUCACIONAIS

A renda, na maioria dos países da OCDE, aumenta substancialmente com a conclusão da educação secundária ou da terciária. Na maioria dos países os ganhos excedem 50% para os que concluem a educação terciária.

- Nos países da OCDE e países parceiros, a renda aumenta com a conclusão de cada nível educacional. Aqueles que concluíram a educação secundária ou educação terciária têm um aumento substancial em suas rendas, comparados com os indivíduos do mesmo sexo que não completaram a educação secundária. Os ganhos para os que concluem a educação terciária excedem 50% em 17 dos 28 países.
- A renda é relativamente maior para indivíduos mais velhos que concluíram a educação terciária em todos os países exceto na Austrália, Itália, Israel, Nova Zelândia, Reino Unido e Turquia.
- Mulheres que não possuem a educação secundária estão em desvantagem em Israel, Canadá, Irlanda, Portugal, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, uma vez que ganham 70% ou menos da renda daquelas que concluíram esse nível de ensino. Entre os homens ocorre situação similar em Portugal, Reino Unido e Estados Unidos.

AUMENTO DA RENDA E CONCLUSÃO DE NÍVEIS EDUCACIONAIS NO BRASIL

O aumento na renda com a conclusão de um nível educacional, no Brasil, é superior à média dos países da OCDE, visto que os ganhos excedem 100% para os que concluem a educação terciária.

- Homens com educação terciária ou programa de pesquisa avançada concluídos têm um aumento substancial em sua renda no Brasil e na Hungria. Nesses países, os ganhos excedem 100% com uma margem substancial. As mulheres têm vantagem similar no Brasil, na Hungria, Reino Unido, Coreia e Irlanda.
- Homens e mulheres que não possuem a educação secundária no Brasil estão em desvantagem em relação àqueles que concluíram esse nível de ensino, seguindo o mesmo padrão dos países citados ao lado.

QUEM PARTICIPA NA EDUCAÇÃO

Este indicador examina o acesso à educação e sua evolução usando informações de taxas de matrículas no período de 1997 a 2005. Mostra também padrões de participação da educação secundária e terciária e compara a participação de instituições educacionais públicas e privadas entre os países da OCDE e parceiros. (Tabelas C1.1, C1.2, C1.3, C1.5 e C1.6, Gráficos C1.1, C1.2)

ACESSO À EDUCAÇÃO

MATRÍCULAS EM PROGRAMAS GERAIS E VOCACIONAIS

Nos países da OCDE, em média, 48% dos alunos do 2º ciclo da educação secundária estão matriculados em programas com orientação vocacional ou pré-vocacional.

- Países da OCDE tais como, Austrália, Áustria, Bélgica, Alemanha, Noruega e Suíça, e parceiro, como Eslovênia, mais de 50% dos alunos do 2º ciclo da educação secundária estão matriculados em programas vocacionais ou pré-vocacionais.

ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

MATRÍCULAS EM PROGRAMAS GERAIS E VOCACIONAIS

No Brasil, cerca de 91% dos alunos do 2º ciclo da educação secundária estão matriculados em programas gerais.

- No Brasil, assim como no Canadá, Hungria, Japão, Coreia e México, mais de 70% dos alunos do 2º ciclo estão matriculados nos programas gerais, embora os programas vocacionais e/ou pré-vocacionais sejam oferecidos.

IDADE EM QUE O ENSINO OBRIGATÓRIO TERMINA

Nos países da OCDE, a idade teórica em que o ensino obrigatório termina varia de 14 a 18 anos.

- A idade teórica em que termina o ensino obrigatório, nos países da OCDE e parceiros, varia de 14 anos na Coreia,

IDADE EM QUE O ENSINO OBRIGATÓRIO TERMINA NO BRASIL

No Brasil, 14 anos é a idade teórica de conclusão do ensino obrigatório.

- No Brasil, o término do ensino obrigatório se dá

<p>Portugal, Turquia e Eslovênia, a 18 anos na Bélgica, Alemanha, Hungria, Holanda e Chile.</p>	<p>aos 14 anos que corresponde à idade de conclusão do ensino fundamental. Essa faixa etária está abaixo da maioria dos países.</p>
<p><i>PARTICIPAÇÃO NO FIM DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA</i></p> <p><i>As taxas de participação no fim do ensino obrigatório tendem a ser altas na maioria dos países da OCDE. Entretanto, elas declinam gradualmente durante os últimos anos da educação secundária.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • As taxas de participação tendem a ser altas no fim do ensino obrigatório na maioria dos países da OCDE e países parceiros. Contudo, na Bélgica, Alemanha, Hungria, México, Holanda, Nova Zelândia, Turquia, Estados Unidos, e no país parceiro Chile, elas caem a menos de 90% antes do final do ensino obrigatório. • Na Bélgica, Alemanha, Hungria, Holanda, Estados Unidos e Chile, isso se deve, em parte, ao fato do ensino obrigatório terminar relativamente tarde, aos 18 anos em todos eles, exceto os Estados Unidos, onde termina aos 17 anos. • Na maioria dos países da OCDE e nos países parceiros, as taxas de matrícula declinam gradualmente durante os últimos anos da educação secundária. Mais de 20% da população entre 15 e 19 anos não está matriculada na Áustria, Grécia, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Portugal, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e nos países parceiros Chile, Israel e Federação Russa. 	<p><i>PARTICIPAÇÃO NO FIM DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO BRASIL</i></p> <p><i>No Brasil, as taxas de participação estão abaixo da média da OCDE, mas também declinam gradualmente nos últimos anos da educação secundária.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, a taxa de participação ao final do ensino obrigatório é de aproximadamente 75%, ficando muito abaixo da média da OCDE. • A taxa de matrícula declina gradualmente nos últimos anos da educação secundária, assim, cerca de 25% da população entre 15 e 19 anos não está matriculada. O País segue o padrão da maioria dos países da OCDE e países parceiros.
<p><i>TAMANHO RELATIVO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO</i></p> <p><i>Nos países da OCDE, em média, o setor público predomina em todos os níveis de ensino.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Em média, 91% dos estudantes de educação primária dos países da OCDE estão matriculados em escolas públicas. O percentual diminui um pouco na educação secundária: 85% dos alunos do 1º ciclo e 83% do 2º ciclo estão estudando em instituições públicas. • Japão e México são exceções, pois, nesses países as instituições privadas recebem, respectivamente, 31% e 20% dos alunos do 2º ciclo da educação secundária. • Em média, nos países da OCDE, as instituições públicas detêm 67% dos alunos de educação tecnológica e 78% dos alunos dos cursos tipo A e pós-graduação. 	<p><i>TAMANHO RELATIVO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL</i></p> <p><i>O Brasil segue o mesmo padrão dos países da OCDE no primário e secundário, contudo o percentual de alunos da educação terciária é significativamente maior em instituições privadas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, cerca de 90% dos alunos de educação primária, 91% do 1º ciclo da educação secundária e 87% do 2º ciclo da educação secundária estão matriculados em instituições públicas. • No Brasil, as instituições privadas detêm 85% dos alunos de educação tecnológica e 72% dos alunos dos cursos tipo A e pós-graduação.
<p><i>QUEM ESTUDA NO EXTERIOR E ONDE</i></p>	
<p>Este indicador fornece uma visão da mobilidade estudantil e internacionalização da educação terciária nos países da OCDE e países parceiros. Ele mostra a tendência global e os principais destinos dos estudantes internacionais, assim como a forma como o mercado internacional de educação terciária está dividido. (Tabelas C2.1, C2.2, Gráfico C2.2, Quadro C2.2)</p>	

OFERTA DE PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO TERCIÁRIA EM INGLÊS

Nos países da OCDE, um número crescente de instituições de educação terciária estão oferecendo programas em inglês visando atrair um maior número de estudantes estrangeiros.

- A língua usada para instrução é elemento essencial na escolha de um país estrangeiro para a realização de estudos da educação terciária. Por essa razão, países em que a língua de instrução são muito estudadas (como por exemplo, inglês, francês e alemão) lideram em número de estudantes estrangeiros, tanto em termos absolutos como em relativos.
- Desse modo, um número crescente de instituições terciárias em países que não têm o inglês como língua nativa estão oferecendo cursos em inglês, com o intuito de atrair um maior número de estudantes estrangeiros. Isto pode ser claramente percebido nos países nórdicos.
- Os países que têm todos ou quase todos os programas oferecidos em inglês são Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos.

Os países que possuem muitos programas oferecidos em inglês são: Dinamarca, Finlândia, Holanda, Suécia.

OFERTA DE PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO TERCIÁRIA EM INGLÊS

No Brasil, praticamente não há oferta de programas de educação terciária em língua inglesa.

- No Brasil, nenhum ou quase nenhum programa de educação terciária é oferecido em inglês. Esse padrão se repete na Áustria, Bélgica (Comunidade Francesa), Grécia, Itália, Luxemburgo, México, Portugal, Espanha, Chile, Israel e Federação Russa.

TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Este indicador mostra a expectativa de anos que jovens adultos, após terem concluído sua educação inicial, passarão estudando, empregados ou sem emprego relacionando-a com idade e gênero. (Tabelas C3.1a, C3.1b (web), C3.2 a, C3.2b (web), C3.2c (web), C3.3, Gráficos C3.2, C3.3)

TEMPO EM QUE HOMENS E MULHERES ENTRE 15 E 29 ANOS FICAM SEM TRABALHAR OU ESTUDAR.

Nos países da OCDE, mulheres entre 15 e 29 anos ficam muito mais tempo sem estudar e trabalhar que os homens na mesma faixa etária.

- Homens jovens entre 15 e 29 anos passam 1,5 anos sem estudar ou trabalhar. Já as mulheres na mesma faixa etária passam 2,6 anos na mesma situação.
- No Canadá, Dinamarca, Japão, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça e Israel, a diferença entre homens e mulheres nessa faixa etária é muito pequena (menor do que 6 meses).
- Assim, se compararmos com os homens, as mulheres entre 15 e 29 anos, em todos os países da OCDE, ficarão menos tempo empregadas. Isto se dá em parte pelo tempo gasto na educação, mas também pode ser atribuído a outros fatores, tais como o tempo gasto na criação dos filhos (Tabela C3.1a).

TEMPO EM QUE HOMENS E MULHERES ENTRE 15 E 29 ANOS FICAM SEM TRABALHAR OU ESTUDAR.

No Brasil, essa diferença entre homens e mulheres é ainda maior.

- No Brasil, assim como na República Tcheca, México, Turquia, existe uma tendência muito maior de as mulheres entre 15 e 29 anos deixarem a escola e ficarem fora do mercado de trabalho.

RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR E TAMANHO DAS TURMAS

Este indicador examina o tamanho das turmas, número de alunos por turma na educação primária e no 1º ciclo da educação secundária e a média de estudantes por pessoal educacional (professores e auxiliares de ensino) e não-educacional (pessoal

NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA

O tamanho médio das turmas do nível primário, nos países da OCDE, é de aproximadamente 21 alunos por classe, e no 1º ciclo da educação secundária, o tamanho médio é de 24 alunos por classe.

- Contudo, esses números variam muito entre os países. Na educação primária, Coréia e Chile possuem 31 alunos ou mais por turma e a Áustria, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Suíça, Estônia, Federação Russa e Eslovênia possuem 20 alunos ou menos por turma.
- Nos países da OCDE, o número de alunos tende a aumentar, em média, em 3 alunos por turma, entre o educação primária e o primeiro ciclo da educação secundária.
- Na Irlanda, no Reino Unido e, em menor medida, no Chile, há uma queda no número de alunos entre esses dois níveis educacionais
- O indicador tamanho da turma está limitado a educação primária e ao primeiro ciclo da educação secundária, uma vez que o tamanho das turmas é difícil de definir e comparar em níveis mais altos, pois, em muitos países, os alunos freqüentam diferentes turmas, dependendo da matéria que estão cursando.
- Entre 2000 e 2007, o número médio de alunos na educação primária não variou significativamente (21,4, em 2007, e 22,0, em 2000). Contudo, entre os países com dados comparáveis, o tamanho das turmas diminuiu nos países que tinham as maiores turmas em 2000 (Coréia, Japão, Turquia), e aumentou (ou ficou constante) nos países que tinham as menores turmas em 2000 (Islândia, Itália e Luxemburgo).
- No nível secundário, a variação no tamanho das turmas entre 2000 e 2007 seguiu padrão similar.

NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA

No Brasil, o tamanho médio das turmas em ambos níveis educacionais é superior a média dos países da OCDE.

- O tamanho das turmas no País é de aproximadamente 26 alunos por turma na educação primária e 29 no primeiro ciclo da educação secundária.
- No Brasil, assim como na Áustria, Grécia, no Japão, na Coréia, em Luxemburgo, no México, na Polônia e em Israel esse aumento é maior, pois passa de 4 alunos por turma.
- Contudo, o número médio de alunos por turma está diminuindo. Entre 2000 e 2007, houve uma redução no tamanho das turmas. Na educação primária houve uma redução de aproximadamente 1 aluno por turma e, no primeiro ciclo da educação secundária, de aproximadamente 4 alunos por turma.

RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA.

Nos países da OCDE, cada professor tem, em média, 16 alunos por turma da educação primária.

- Na educação primária, a proporção de alunos por professor vai de 25 estudantes ou mais por professor na Coréia, México e Turquia a menos de 11 estudantes na Grécia, Hungria e Itália. A média da OCDE na educação primária é de 16 alunos por professor
- A proporção de alunos por professores na educação pré-primária é mostrada na Tabela D2.2. Para o nível da educação pré-primária, há também a informação de alunos

RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA.

O Brasil está entre os países com turmas de educação primária mais numerosas. A média no País é de 26 estudantes por professor.

- No Brasil o tamanho médio das turmas de educação primária é de 26 estudantes por professor, o que coloca o país entre os que têm as turmas mais numerosas nesse nível educacional.
- O Brasil têm um grande número de auxiliares de educação, por isso, o número de alunos por auxiliar é menor do que o número de alunos por professor.

<p>por auxiliares de educação. Alguns países utilizam intensamente os auxiliares de ensino no nível educacional pré-primário.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oito países da OCDE e 2 países parceiros reportaram menores taxas de estudantes por pessoal administrativo do que de estudantes por professores. Para os países como República Tcheca, Japão, República Eslovaca, Reino Unido e Chile, essa diferença não é substancial. • Contudo, na Áustria, Alemanha, Irlanda e Estados Unidos, há um grande número de auxiliares de professores. Em razão disso, nesses países, particularmente na Irlanda, o número de alunos por auxiliar é menor do que o número de alunos por professor. 	
<p>RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS.</p> <p><i>Nos países da OCDE, as instituições públicas têm, em média, 1 aluno a mais por professor que as instituições privadas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos países da OCDE e países parceiros, o número de alunos da educação secundária (primeiro e segundo ciclo) por professor é menor nas instituições privadas que nas públicas. A média é de 1 aluno a mais por professor nas instituições públicas de educação secundária em comparação com as instituições privadas. • Na República Tcheca, Polônia, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Estônia e Federação Russa, as turmas de educação primária das instituições públicas têm, em média, 4 alunos ou mais que nas instituições privadas. Entre esses países, apenas nos Estados Unidos o setor privado é representativo. • Há, contudo, grandes diferenças entre os países, pois, na Grécia, no Japão e na Espanha, há um número maior de estudantes por turma nas instituições privadas que nas públicas. 	<p>RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS.</p> <p><i>O Brasil está entre os países com as maiores diferenças no número de alunos por professor entre as instituições públicas e privadas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • As maiores diferenças estão no Brasil, México e Reino Unido, onde no 1º ciclo da educação secundária, há, pelo menos, 11 alunos a mais por professor nas instituições públicas em comparação com as privadas. Essa diferença, no México, para o 2º ciclo da educação secundária, é ainda maior. • No Brasil, como nos países anteriormente citados, as turmas de educação primária das instituições públicas têm, em média, 4 alunos ou mais que nas instituições privadas. Contudo o setor privado no Brasil é representativo.
<p>TEMPO EM QUE OS PROFESSORES PASSAM LECIONANDO</p>	
<p>Este indicador foca na carga horária obrigatória dos professores em diferentes níveis educacionais, ele tem o objetivo de mostrar as diferenças entre o que se exige dos professores em diferentes países. (Tabelas D4.1, D4.2, Gráficos D4.1, D4.2, D4.3)</p>	
<p>AVALIAÇÃO E FEEDBACK DOS PROFESSORES</p>	
<p>Este indicador foca na avaliação e feedback recebidos pelos professores e o impacto que esses instrumentos provocam nas escolas e nos professores do 1º ciclo da educação secundária. Esses dados foram coletados de professores e diretores das escolas participantes da pesquisa TALIS (Teaching and Learning International Survey). (Tabelas D5.1, D5.2, D5.3, D5.4, D5.5, Gráfico D5.1, D5.2)</p>	
<p>FREQUÊNCIA E IMPACTO DA AVALIAÇÃO</p> <p><i>Na maioria dos países da TALIS, a maior parte dos professores trabalham em escolas em que os diretores afirmam que sua escola passou por algum tipo de avaliação no período de 1 ano.</i></p>	<p>FREQUÊNCIA E IMPACTO DA AVALIAÇÃO</p> <p><i>O Brasil segue o padrão dos países participantes da pesquisa Talis no que se refere à avaliação e feedback.</i></p>

<ul style="list-style-type: none"> • Nos países participantes da pesquisa, 13,4% dos professores não passaram por nenhuma tipo de avaliação nos últimos 5 anos. • 30,4% dos professores trabalham em escolas que, nos últimos 5 anos, não foram objeto de avaliação externa. • Cerca de 20% trabalham em escolas em que não houve uma auto-avaliação nos últimos 5 anos. • As avaliações e os <i>feedbacks</i> têm claramente pouco impacto financeiro. Menos de 10% dos professores têm sua avaliação ligada a algum tipo de mudança salarial e apenas 16,2% têm os resultados ligados a avanço na carreira. • Menos de 50% dos professores trabalham em escolas que têm o orçamento ligado a resultados da avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, 18,9% dos professores não sofreu nenhum tipo de avaliação nos últimos 5 anos. • 24,3% trabalham em escolas que, nos últimos 5 anos, não foram objeto de avaliação externa. • 24,4% deles são de escolas onde não houve auto-avaliação nos últimos 5 anos. (Tabela D5.1) • Apenas 8,2% dos professores têm sua avaliação ligada a alguma mudança salarial, somente 5,5% conseguem algum tipo de gratificação financeira e 25,6% obtêm uma possibilidade de avanço na carreira. • No Brasil, 55,4% dos professores trabalham em escolas que têm o orçamento ligado a resultados da avaliação.
--	--

PRÁTICAS DE ENSINO, CRENÇAS E ATITUDES DOS PROFESSORES

Este indicador foca nas práticas, crenças e atitudes dos professores, que estão proximamente ligadas com a estratégia utilizada por eles para superar desafios da sua rotina profissional. Esses dados foram coletados de professores e diretores das escolas participantes da pesquisa TALIS (Teaching and Learning International Survey). (Tabela D6.1, Gráficos D6.1, D6.2, D6.3, D6.4, D6.5, D6.6)

CRENÇAS DOS PROFESSORES ACERCA DA NATUREZA DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM.

Na maioria dos países da TALIS, a visão construtivista é mais adotada pelos professores do que a visão da “transmissão direta”.

- A visão “construtivista” (que acredita que o professor tem o papel de facilitador da aprendizagem do aluno) recebeu mais apoio dos professores do que a visão da “transmissão direta” (em que o professor é responsável pela transmissão do conhecimento e por fornecer as respostas corretas).
- A visão construtivista é predominante nos países do noroeste da Europa, na Escandinávia, Austrália e Coreia.

CRENÇAS DOS PROFESSORES ACERCA DA NATUREZA DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM.

No Brasil, apesar de haver a predominância da visão construtivista, essa predominância é menor do que na maioria dos países participantes da pesquisa.

- No Brasil, a predominância da visão construtivista é significativa, porém menor que nos países citados. O mesmo pode ser observado nos países do sudeste da Europa e na Malásia.
- O Brasil é um dos países em que as duas visões são vistas com menos oposição por seus professores. Esse comportamento também foi observado na Coreia, Malásia e México.

PRÁTICAS DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA

Na maioria dos países da pesquisa TALIS, os professores preferem as práticas estruturadas de ensino em detrimento das práticas orientadas para a participação dos alunos na aprendizagem.

- Os professores utilizam mais em seu ensino práticas estruturadas (aquelas em que os alunos têm um papel mais passivo no processo de aprendizagem), em detrimento de práticas orientadas para uma participação mais ativa dos alunos no processo de aprendizagem.
- Os professores de Matemática são os que mais utilizam

PRÁTICAS DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA

O Brasil segue o mesmo padrão.

- No Brasil também há preferências pelas práticas estruturadas, seguindo o padrão internacional na utilização dessas práticas em relação às disciplinas.

<p>essas práticas estruturadas. Já os professores de Humanidades e Artes são mais abertos a outras formas de aprendizagem voltadas para a aquisição do conhecimento pelo próprio aluno.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percebem-se também diferenças entre professores do sexo masculino e feminino. As professoras utilizam mais as práticas que possibilitam aos alunos uma aprendizagem autônoma do que os professores. 	
<p><i>AMBIENTE DE APRENDIZAGEM, DISCIPLINA E TEMPO DE ENSINO</i></p> <p><i>Na maioria dos países da pesquisa TALIS, metade dos professores gastam mais de 80% do tempo de aula com ensino e aprendizagem.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Em torno de 50% dos professores gastam mais de 80% do tempo das aulas em ensino e aprendizagem. • Contudo, eles apontam que muito tempo é perdido em virtude de indisciplina dos alunos e atividades administrativas. 1 em cada 4 professores afirma perder 30% do tempo de aula para a resolução desses dois problemas. • Mesmo dentro de uma mesma instituição de ensino, entre os professores há uma grande variação no percentual do tempo perdido, o que sugere que tais problemas estão mais relacionados com as habilidades individuais de cada professor do que com o clima e a disciplina da própria escola. 	<p><i>AMBIENTE DE APRENDIZAGEM, DISCIPLINA E TEMPO DE ENSINO</i></p> <p><i>O Brasil é o país participante da pesquisa que gasta menos tempo em atividades de ensino e aprendizagem.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Entre os professores participantes da pesquisa, os do Brasil são os que gastam menos tempo em atividades de ensino e aprendizagem (70%) e os que mais consomem tempo de aula na manutenção da ordem na classe (18%). • Os resultados do Brasil indicam que um número substancial de professores não alcança o padrão-mínimo de disciplina em sala de aula que permita o ensino.

INDICADORES FINANCEIROS – Gastos Em Educação Por Estudante

Este indicador fornece uma avaliação de investimento financeiro por cada estudante. Os gastos nas instituições educacionais por estudante são largamente influenciados por salários de professores, sistemas de pensões, horas instrucionais e de ensino, custo dos materiais e instalações de ensino, programa de orientação fornecido aos alunos e o número de estudantes matriculados no sistema educacional. As políticas para atrair novos professores ou para reduzir o tamanho médio da classe também contribuíram para mudanças nos gastos por estudante ao longo do tempo (Tabelas B1.1a, B1.2, B1.3a e B1.4).

<i>Tendências Globais</i>	<i>Resultados para o Brasil</i>
<ul style="list-style-type: none"> • O gasto médio por estudante na educação primária dos países da OCDE é de USD 6.437. • Os países da OCDE gastam, em média, USD 8.006 por aluno na educação secundária. • Na educação terciária o gasto médio é de USD 12.336. • Excluindo as atividades de P&D e serviços auxiliares, os gastos no núcleo de serviços educacionais em instituições terciárias é de, em média, USD 8.418 por aluno. • Os países da OCDE gastam em média USD 93.775 por estudante dentro da duração teórica dos estudos da educação primária (ensino fundamental inicial) e secundária (ensino 	<ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, o gasto médio por estudante na educação primária é de USD 1.566. • O gasto médio por estudante na educação secundária no Brasil é de USD 1.538. • Na educação terciária o gasto médio é de USD 10.294. • Em relação aos gastos no núcleo de serviços educacionais na educação terciária, o Brasil gasta USD 10.067 por aluno, em média. • O Brasil despende em média, USD 16.844 por estudante dentro da duração teórica dos estudos da educação primária (ensino fundamental inicial) e secundária (ensino fundamental final e ensino médio). • Na educação primária, o gasto médio dentro da duração

<p>fundamental final e ensino médio).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na educação primária o gasto médio dos países da OCDE dentro da duração teórica é de USD 38.985. • Dentro da duração teórica, o gasto médio na educação secundária é de USD 54.808. • Gastos nas Instituições de Ensino por estudante em média é de 20% do PIB <i>per capita</i> na educação primária, 25% no primeiro nível da educação secundária e 40% na educação terciária. • Os países da OCDE gastam, em média, duas vezes mais em instituições educacionais por aluno no nível terciário do que no nível primário. 	<p>teórica é de USD 6.265.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O gasto médio na educação secundária dentro da duração teórica é de USD 10.580. • Gastos por estudante em relação ao PIB per capita equivale a 17% na educação primária, 16% no primeiro nível da educação secundária e 109% na educação terciária. • O país gasta 6,5 vezes mais em instituições educacionais por aluno no nível terciário do que no nível primário.
---	--

INDICADORES FINANCEIROS - Gastos com Instituições de Ensino em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Os gastos nas instituições de ensino como percentual em relação ao PIB mostram como um país prioriza a educação em relação à dotação global de recursos. As taxas escolares e os investimentos em educação de fontes de entidades privadas que não sejam da família têm um forte impacto nos diferentes montantes de recursos financeiros que os países da OCDE investem em seus sistemas de educação, especialmente na educação superior ([Tabelas B2.1, B2.3 e B2.5\(web\)](#)).

<i>Tendências Globais</i>	<i>Resultados para o Brasil</i>
<ul style="list-style-type: none"> • 3,7% do PIB dos países da área da OCDE, é para a educação primária, secundária e pós-secundário não-terciário. • A educação terciária corresponde por perto de um terço dos gastos dos países da OCDE combinados. (1,9% do PIB). • O percentual médio dos gastos em educação nos países da OCDE é de 6,1 % em relação ao PIB (3,7% na educação primária e secundária e 1,9% na educação terciária). • Em relação ao percentual da população matriculada na educação primária e no 1º. ciclo da educação secundária que está na faixa de 5-14 anos (faixa etária teoricamente correspondente), a média dos países da OCDE é de 12%. • O percentual gasto em instituições de educação primária e 1º. ciclo da educação secundária em relação ao PIB da média dos países da OCDE é de 2,5%. • No período de 2000 a 2006, os gastos em educação na média dos países da OCDE em 	<ul style="list-style-type: none"> • O Brasil gastou com educação primária, secundária e pós-secundário não-terciário cerca de 3,8% do seu PIB. • Em 2006, o Brasil despendeu 4,9% do PIB em todos os níveis de ensino combinados (apenas gastos públicos). Na educação primária e secundária e pós-secundário não-terciário, o país aloca 3,8% do PIB e na educação terciária, 0,8%. • No Brasil, o percentual de matriculados na educação primária e no 1º. ciclo da educação secundária na faixa etária teoricamente correspondente (5-14 anos) é de 18%. • O país gasta em educação primária e no 1º. ciclo da educação secundária 3,1% do seu PIB. • Entre 2000 e 2006, houve um aumento de 57% do percentual dos gastos em educação no Brasil em todos os níveis de ensino combinados. • Na educação primária e na educação secundária brasileira, esse aumento foi de 71%.

<p>todos os níveis de ensino combinados aumentou em 23%.</p> <ul style="list-style-type: none"> No que diz respeito à educação primária e secundária, entre 2000 e 2006 houve um aumento de 21% nos gastos na média dos países da OCDE . 	
---	--

INDICADORES FINANCEIROS – Total de Gastos Públicos com Educação

Os gastos públicos com educação como porcentagem do volume total de gastos públicos indicam o valor da educação em relação ao valor de outros investimentos públicos tais como saúde, previdência social, defesa e segurança. Fornecem um contexto importante para os demais indicadores relativos a gastos, é a quantificação de uma ferramenta importante de alavancagem de políticas, independente de outro fator. (Tabela B4.1).

<i>Tendências Globais</i>	<i>Resultados para o Brasil</i>
<ul style="list-style-type: none"> Entre 1995 e 2006, a educação teve uma quota crescente do total das despesas públicas na maioria dos países e, em média, ela cresceu tão rápido quanto PIB. O aumento principal em gasto público em educação relativo à despesa total pública tomou lugar de 1995 para 2006, e nesse período os gastos públicos em educação e de outros setores públicos aumentaram na mesma proporção de 2000 para 2006. A proporção dos gastos em educação (todos os níveis de ensino combinados) nos países da OCDE passou de 12% em 1995 para 13,3% em 2006. Nos países da OCDE, a média da proporção dos gastos em educação terciária é de 3,1% e na educação primária e secundária é de 9,0%. 	<ul style="list-style-type: none"> O país figura entre aqueles que obtiveram maior crescimento na proporção dos gastos em educação (todos os níveis de ensino combinados), passando de 11,2% em 1995 a 16,2% em 2006. No que diz respeito à proporção dos gastos em educação, a educação terciária correspondeu a 2,7% e na educação primária e secundária foi de 12,3% dos gastos sociais.

INDICADORES FINANCEIROS – Quanto os estudantes da educação superior pagam e quais subsídios públicos eles recebem?

Este indicador analisa as relações entre as taxas escolares cobradas pelas instituições, gastos públicos diretos e indiretos com instituições educacionais e subsídios públicos a famílias para custeio de subsistência do estudante. Analisa se os subsídios financeiros às famílias são fornecidos na forma de doações ou empréstimos e coloca questões importantes para esta discussão: bolsas de estudo, empréstimos educacionais são mais adequados em países em que as instituições cobram taxas escolares mais elevadas? Os empréstimos são meios efetivos para ajudar a aumentar a eficiência dos recursos financeiros investidos em educação e fazem diferença em alguns dos custos da educação para os beneficiários do investimento educacional? Os empréstimos educacionais são menos apropriados do que as doações, quando se trata de estimular estudantes de baixa renda a continuar sua educação? (Tabela B5.4).

<i>Tendências Globais</i>	<i>Resultados para o Brasil</i>
<ul style="list-style-type: none"> Os subsídios públicos para as famílias e outras entidades privadas como porcentagem do gasto público total em 	<ul style="list-style-type: none"> Os subsídios públicos para as famílias e outras entidades privadas como porcentagem do gasto público total em educação em relação ao PIB, para a

<p>educação em relação ao PIB, para a educação terciária nos países da OCDE foi de 19%.</p> <ul style="list-style-type: none"> Nos países da OCDE, a ajuda financeira (bolsas de estudos e empréstimos educacionais) do setor público para os estudantes do setor privado na educação terciária foi de 18,4% dos gastos públicos em educação. 	<p>educação terciária no Brasil foi de 8,7%.</p> <ul style="list-style-type: none"> A ajuda financeira (bolsas de estudos e empréstimos educacionais) do setor público para os estudantes do setor privado na educação terciária foi de 7,7% dos gastos públicos em educação.
--	--

INDICADORES FINANCEIROS – Gastos em Educação por Categoria de Recurso e Serviço

Este indicador compara os países da OCDE com relação à distribuição dos gastos entre gastos correntes e capital e a distribuição dos gastos correntes por categoria de recursos. Este indicador é amplamente influenciado por salários de professores, sistemas de pensão, distribuição etária dos professores, tamanho da equipe não-docente empregada na educação e a demanda para a expansão das matrículas requeridas com a construção de novos prédios. Este indicador compara também, como os países da OCDE distribuem o montante dos gastos em diferentes funções das instituições de ensino (Tabelas B6.1, B6.2a e B6.2b).

<i>Tendências Globais</i>	<i>Resultados para o Brasil</i>
<ul style="list-style-type: none"> Na educação primária, secundária e pós-secundária não-terciária, os países da OCDE despendem em média, 20% das despesas correntes para outras despesas que não sejam de pagamento de salários e encargos do pessoal da educação. Na educação terciária, os países da OCDE despendem em média, 31,9%, utilizando-se a mesma referência. Nos países da OCDE, a proporção das despesas correntes em relação às despesas totais em educação na educação primária é de 91,7%. As despesas de capital apresentam uma proporção de 8,3%. Em relação à educação secundária, a proporção é de 92% para as despesas correntes, enquanto que as despesas de capital apresentam 8% de proporção. A educação terciária nos países da OCDE apresenta, em média, uma proporção das despesas correntes e de capital em relação às despesas totais em educação de 90,3% e 9,7%, respectivamente. Do total das despesas correntes nos países da OCDE, 79% é para o pagamento de pessoal da educação e seus encargos sociais na educação primária e na educação secundária. Esse índice cai para 	<ul style="list-style-type: none"> Na educação primária, secundária e pós-secundária não-terciária brasileira, é despendido, em média, 27,1% das despesas correntes para outras despesas que não sejam de pagamento de salários e encargos do pessoal da educação. O país, na educação terciária, despende 20,1%, utilizando-se a mesma referência. A proporção das despesas correntes é de 93,3% das despesas totais em educação na educação primária. As despesas de capital apresentam uma proporção de 6,7%, utilizando-se a mesma referência. Esse índice aumenta para 95,2% nas despesas correntes para a educação secundária, porém reduz para 4,8% nas despesas de capital. A educação terciária, a proporção é de 94,1% e 5,9%, para as despesas correntes e de capital, respectivamente. Do total das despesas correntes no Brasil, cerca de 73% é para o pagamento de pessoal da educação e seus encargos sociais na educação primária e na educação secundária. Esse índice sobe para 80% na educação terciária para essas despesas.

cerca de 68% na educação terciária para essas despesas.

- Na média, os países da OCDE despendem 0,2% do PIB em serviços auxiliares fornecidos para a educação primária e secundária. Isto representa 6% do total de despesas das instituições educacionais nesses níveis.

Classificação Internacional Padronizada da Educação – ISCED97

- A Classificação Internacional Padronizada da Educação de 1997 (ISCED97), define sete níveis educacionais.

Correspondência entre os níveis educacionais do ISCED97 e o Sistema Educacional Brasileiro

Níveis do ISCED 97	Sistema Educacional Brasileiro (atual)
ISCED 0 (<i>Pré-primary level of education</i>) Educação Pré-primária - a partir de 3 anos de idade	Creche e Pré -escola (a partir de 3 anos de idade)
ISCED 1 (<i>Primary level of education</i>) Educação Primária	Ensino fundamental de 1ª a 4ª série ou equivalente
ISCED 2 (<i>Lower secondary level of education</i>) 1º nível da educação secundária	Ensino fundamental de 5ª a 8ª série ou equivalente
ISCED 3 (<i>Upper secondary level of education</i>) 2º nível da educação secundária	Ensino médio
ISCED 4 (<i>Post-secondary non-tertiary</i>) Pós-secundário não-terciário	(<i>Não se aplica ao Brasil</i>)
ISCED 5 (<i>First stage of tertiary education</i>) Primeiro estágio da educação terciária	Educação terciária tipo B (Educação Superior em Tecnologia)
	Educação terciária tipo A (demais cursos de graduação ; excluindo-se os cursos sequenciais e os de especialização <i>lato sensu</i> ; mestrado e mestrado profissional)
ISCED 6 (<i>Second stage of tertiary education leading to an advanced research qualification</i>) – <i>doctoral and pos-doctoral degrees</i> (Segundo estágio da educação terciária, levando a qualificação avançada para pesquisa) – doutorado e pós-doutorado.	Pós-graduação (<i>stricto sensu</i>): doutorado.